

Ata número sete

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Geral deste Agrupamento de Escolas, a fim de dar cumprimento à seguinte ordem do dia:

Ponto um : Aprovação da ata da reunião anterior;

Ponto dois: Aprovação do relatório e contas de gerência referente ao ano de dois mil e dezoito;

Ponto três: Nomeação de uma comissão eleitoral para votação do Orçamento Participativo das Escolas, de acordo com o ponto um do artigo sétimo do despacho número quatrocentos e trinta e seis A de dois mil e dezassete do Gabinete do Ministro da Educação.

Quanto ao ponto um, a ata foi aprovada por maioria, tendo-se absterido os Conselheiros que não estiveram presentes na reunião a que a mesma se refere.

Passou-se ao ponto dois, tendo o Presidente do Conselho Geral dado a palavra à Diretora do Agrupamento. A Diretora começou por explicar que o relatório é elaborado por um órgão colegial. De seguida, enquadrou o documento do ponto de vista legal e enunciou os princípios orientadores e os objetivos que presidem ao mesmo.

Passou então a apresentar o relatório e contas. Ao referir as despesas, nomeadamente a que se refere à Parque Escolar, com a verba destinada a renda, manutenção e conservação, o Presidente do Conselho Geral interveio e disse que, apesar do preço elevado da mesma, é sempre difícil que a Parque Escolar disponibilize alguém para se deslocar à escola, para arranjar equipamentos avariados. Deu o exemplo de uma das portas de acesso aos Serviços Administrativos que se encontra fechada há oito

meses por falta de uma mola. A Diretora do Agrupamento deu outro exemplo, referindo que uma válvula da água do Pavilhão se avariou, no início do ano letivo, o que impediu que os alunos tivessem aulas de Educação Física durante, mais ou menos, três meses. Apenas após insistência dos docentes da Área Disciplinar de Educação Física e dos Encarregados de Educação, a Parque Escolar enviou técnicos para arranjar a avaria. A solução encontrada pelos técnicos foi retirar uma válvula do sistema de refrigeração da cantina, não tendo adquirido uma nova, ou seja, criaram uma avaria para possivelmente arranjar outra.

De seguida, concluiu a apresentação do relatório e o Presidente do Conselho Geral colocou o documento à discussão. Como nenhum Conselheiro colocou nenhuma questão, nem pediu qualquer esclarecimento, o relatório foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Quanto ao ponto três, o Presidente do Conselho Geral explicou o enquadramento do Orçamento Participativo das Escolas. Referiu, ainda, que sabe que há muitas propostas de projetos pertinentes e exequíveis. As propostas que vão ser apresentadas irão a votação em março, para que haja um projeto vencedor. No entanto, como ainda falta algum tempo, o Presidente do Conselho Geral solicitou autorização para nomear uma comissão eleitoral para o efeito, mais próximo da data, uma vez que a esta distância é difícil antecipar incompatibilidades.

Os Conselheiros presentes concordaram com a solicitação, conferindo ao Presidente deste Conselho, autoridade para a referida nomeação.

Já fora da ordem do dia, a Conselheira Madalena Novo pediu a palavra. Referiu que as assistentes operacionais, que estão a recibo verde, foram chamadas a instituições para assinarem contratos que lhes permitam prestar serviço no Agrupamento. Aperceberam-se que vão ganhar menos, uma vez que vão receber o ordenado mínimo e não têm direito a subsídio de alimentação, embora passem a auferir de subsídio de férias. Assim, transmitiram à Conselheira que não lhes interessa assinarem os contratos, nem a trabalhar no Agrupamento se tiverem de os assinar.

O Conselheiro Adriano Pinto questionou-a se as assistentes operacionais já fizeram bem as contas e se, de facto, o contrato não lhes será mais favorável. A Conselheira Madalena Novo respondeu que sim, que já fizeram as contas e que é preciso rever a situação do subsídio de refeição, uma vez que todos os trabalhadores têm direito a ele. Além disso, não se pode esquecer que há muitas assistentes operacionais nestas condições e que o Agrupamento não pode ficar sem elas.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

O Presidente:

O Secretário